ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS E ARTISTAS DE CANDELÁRIA

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO.

Art. 1º - A Associação dos Músicos e Artistas de Candelária constitui-se sob a forma de uma associação de direito privado, independente, sem fins lucrativos, de caráter cultural, sem cunho político partidário, com a finalidade de atender a todos a que a ela se associem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, com duração por prazo indeterminado, que se rege pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A Associação dos Músicos e Artistas de Candelária terá sua sede a ser definida em reunião dos associados.

Art. 3º - A base territorial compreende o Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4º - A Associação tem personalidade jurídica própria, e seus associados não respondem quer solidária que subsidiariamente, por quaisquer obrigações sociais.

CAPÍTULO II - DOS FINS

Art 5º - A Associação tem por objetivo:

I. Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária;

II. Identificar e promover atividades de interesse comum em benefício da produção musical independente no Brasil e mercado internacional;

III. Organizar e manter a comunicação entre os associados para assuntos de interesse comum dentro dos objetivos da associação;

IV. Promover encontros dos associados, podendo incluir mostra de produtos, artistas e premiações;

V. Representar os anseios e demandas da produção musical brasileira no país e no exterior;

VI. Promover cursos especiais para aprimoramento dos associados;

- VII. Promover o registro de obras musicais;
- VIII. Criar e desenvolver a casa do artista e/ou centros culturais;
- IX. Captar recursos junto a órgãos públicos e instituições privadas;
- X. Desenvolver sistema jurídico para a proteção dos direitos autorais e dos associados envolvidos no trabalho musical;
- XI. Promover o artista em todas as suas atividades;
- XII. Elaborar e auxiliar no desenvolvimento de projetos culturais para busca de recursos públicos;
- XIII. Prestar consultoria e assessoria em geral aos associados em defesa de seus interesses;
- XIV. Reivindicar junto aos meios de comunicação, espaço para divulgação dos seus trabalhos;
- XV. Promover eventos como shows, festivais, concursos e outros.
- XVI. Firmar parcerias com outros profissionais, tais como médicos, advogados, psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros, oferecendo uma estrutura de total apoio ao Artista.

CAPÍTULO III – DOS ASSOCIADOS

Art. 6º - Os associados poderão ser pessoas físicas ou jurídicas, individuais ou coletivas, domiciliados no Estado do Rio Grande do Sul;

Art. 7º - A Associação contará com um número ilimitado de associados que serão

admitidos pela Diretoria, conforme disposição aprovada em Assembléia.

Art. 8º - Os Associados contribuirão de acordo com este estatuto, ou de outra forma aprovada em Regimento Interno;

CAPÍTULO IV – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 9º - São direitos dos Associados quites com suas obrigações sociais:

I. Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto;

II. Gozar dos benefícios oferecidos pela entidade na forma prevista neste Estatuto;

III. Recorrer à Assembléia Geral contra qualquer ato da Diretoria e do Conselho Fiscal;

IV. Propor a admissão, a aplicação de penalidades e exclusão de associados;

V. Tomar parte nas Assembléias Gerais, apresentando, discutindo e votando propostas sobre quaisquer assuntos de interesse social;

VI. Submeter ao exame da Diretoria e da Assembléia Geral todos os assuntos que entender conveniente;

VII. Usufruir todas as vantagens e serviços da Associação, podendo ainda utilizar em todos os seus impressos o emblema simbólico da associação.

Art. 10 - São deveres dos Associados:

I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembléia Geral;

III. Zelar pelo bom nome da Associação;

IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;

V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;

VI. Comparecer por ocasião das eleições;

VII. Votar por ocasião das eleições;

VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome providencias.

IX. Observar os preceitos da ética profissional

X. Exercer com dedicação os cargos, tarefas e funções assumidas perante a Associação de Músicos;

XI. Acatar as deliberações emanadas da Assembléia Geral e Diretoria Executiva;

Parágrafo Único - É dever do Associado honrar pontualmente com as contribuições associativas.

CAPÍTULO V – DA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS

Seção I – DA ADMISSÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 11 - A admissão dos Associados se dará independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, e para seu ingresso, o interessado devera preencher ficha de inscrição e submetê-la a aprovação da Diretoria Executiva, que observará os seguintes critérios:

I. Apresentar a cédula de identidade, e no caso de menor de dezoito anos, autorização

dos pais ou responsáveis;

II. Concordar com o presente estatuto e expressar em sua atuação na Entidade e fora dela, os princípios nele definidos;

Seção II – DA DEMISSÃO DO ASSOCIADO

Art. 12 – Qualquer Associado poderá pedir demissão e esta será válida mediante aceitação por parte da diretoria da Associação de Músicos e Artistas de Candelária;

Parágrafo Único: A diretoria pode, entretanto, conceder a demissão somente depois que todo e qualquer débito tenha sido pago e/ou todos os fundos e patrimônios da Associação tenham sido restituídos.

Art. 13 - É direito do Associado demitir-se quando julgar necessário, protocolando junto a Secretaria da Associação seu pedido de demissão.

Seção III – DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

Art. 14 – O Associado será excluído, caso ocorra:

I. Grave violação do estatuto;

II. Difamar a Associação, seus membros, associados ou objetos;

III. Atividades que contrariem decisões de Assembléias;

CAPÍTULO VI – DA ORGANIZAÇÃO

Art. 15 – A organização da Associação de Músicos e Artistas de Candelária será

composta por:

I. Assembléia Geral;

II. Diretoria Executiva; e

III. Conselho Fiscal.

Seção I – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 16 – A Assembléia Geral é órgão soberano da Associação dos Músicos e Artistas de Candelária, será integrada pelos Associados da entidade.

Parágrafo Único: A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que o existirem interesses sociais, observados os preceitos legais estatutários, podendo ser convocada pelo Órgão Deliberativo, Direção Executiva ou por qualquer associado que, encaminhe proposta subscrita por um quinto (1/5) dos associados no mínimo.

Art. 17 - Compete à Assembléia Geral Ordinária:

I. Conhecer do relatório da Diretoria Executiva;

II. Aprovar contas;

III. Eleger os membros da Diretoria Executiva e dar-lhes posse.

Art. 18 - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

I. Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesses da associação;

II. Destituir os administradores;

III. Alterar o estatuto; e

IV. Deliberar sobre a dissolução da associação.

Parágrafo Único: Para as deliberações a que se referem às alíneas “b”, “c” e “d” deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido neste estatuto.

Art. 19 - As convocações, em qualquer caso, ocorrerão por meio de edital de convocação fixado na sede da Associação, publicado em jornal de grande circulação na cidade sede, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, e ainda a disponibilização no site da Associação, devendo constar a pauta para discussão e votação.

Art. 20 - A Assembléia Geral se instalará, em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços (2/3) dos associados; e em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido na primeira, com qualquer número.

Art. 21 - As Assembléias Gerais serão instaladas pelo Presidente, e no seu impedimento, por outro membro da Diretoria que substitua, o qual depois de expor os objetos da reunião, solicitará dos presentes a eleição de um associado para presidir a Assembléia.

Art. 22 - O Presidente da mesa, uma vez assumindo o cargo, convocará um ou mais associados para secretariar a reunião.

Art. 23 - As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples de votos presentes, excetuadas as dispostas no art. 18, parágrafo único, que dependem de votação igual ou superior a dois terços (2/3) dos votos dos associados presentes.

Art. 24 - A cada associado presente à deliberação por representante habilitado e inscrito, corresponderá um voto.

Seção II – DO CONSELHO DIRETOR

Art. 25 - A administração da Associação de Músicos e Artistas de Candelária caberá ao Conselho Diretor, eleito pela Assembléia Geral, composto por três membros.

Parágrafo Único: São os cargos do Conselho Diretor:

I. Presidente,

II. Vice-Presidente,

Artigo 26 - O mandato dos membros do Conselho será de prazo ainda definido em reunião. No caso de vacância de qualquer cargo do Conselho Diretor, o mesmo será preenchido na primeira Assembléia Geral que se realizar em seguida ao evento, devendo ser eleito novo membro para completar o respectivo mandato.

Artigo 27 - O Conselho Diretor realizará no mínimo uma reunião ordinária mensalmente, com a Diretoria Executiva, em hora e local determinado pela mesma.

Artigo 28 - Compete ao Conselho Diretor, em colegiado:

I. Discutir e aprovar, anualmente, a proposta orçamentária e o planejamento das atividades para o exercício, autorizando todas as despesas e não contraindo dívida alguma que exceda a receita da Associação, nem autorizará desembolso algum para fins que sejam incompatíveis com os assuntos da associação;

II. Fará revisar os livros, contas e transações da Associação anualmente ou com maior frequência, segundo seu critério e poderá pedir uma prestação de contas mensal através de um balancete ou fazer revisar a aplicação de qualquer quantia da associação por qualquer Diretor ou associado da associação. Quaisquer associados, que esteja em dia com suas obrigações, poderão examinar tal revisão ou prestação de contas mediante pedido, em hora e local condizente;

III. Designará, segundo recomendação da comissão de finanças, um banco ou bancos

para o depósito dos fundos da Associação;

IV. Discutir e aprovar as normas éticas que devem reger a atividade da Associação;

V. Cumprir e fazer cumprir os estatutos e as deliberações da Assembléia;

VI. Estabelecer em conjunto as diretrizes a serem seguidas pela Diretoria executiva na sua administração;

VII. Terão direito de modificar, anular ou revogar a ação de qualquer Diretor desta Associação;

VIII. Receber os recursos dos Associados e encaminhá-los para apreciação da Assembléia Geral.

Art. 29 - Compete ao Presidente do Conselho Diretor:

I. Presidir todas as reuniões do Conselho Diretor;

II. Convocará todas as reuniões regulares e especiais, assim como as Assembléias Ordinárias e Extraordinárias todo Conselho como da associação;

III. Providenciará para que as eleições sejam devidamente convocadas, comunicadas e realizadas;

IV. Representar a Associação de Músicos e Artistas de Candelária, em todas as situações que se fizerem necessárias.

Art. 30 - Compete ao Vice-Presidente do Conselho Diretor:

I. Assumir as funções do Presidente do Conselho Diretor, no caso da impossibilidade o mesmo não poder desempenhar suas funções.

II. Sob a Direção do Presidente, o Vice-Presidente supervisionará o funcionamento dos

Diretores da Associação de Músicos.

Art. 31 - A Associação de Músicos será representada, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente pelo Presidente do Conselho diretor em conjunto com o Presidente da Diretoria Executiva.

§ 1º - Os mandatos ad negotia serão outorgados por prazo não superior a um ano, devendo os respectivos instrumentos conter expressa definição dos poderes concedidos, sendo vedado o substabelecimento.

§ 2º - Em atos de mero expediente a Associação de Músicos poderá ser representada pelo Presidente do Conselho ou pelo Presidente da Diretoria Executiva, agindo isoladamente, ou por procurador com poderes específicos, nomeados conforme as normas deste Estatuto.

Seção III – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 32 - A Associação de Músicos e Artistas de Candelária será administrada pela Diretoria Executiva, que será composta por 07 (sete) membros da Assembleia aprovado pelos Associados, em Assembléia Geral.

Art. 33 - Os cargos da Diretoria Executiva são:

I. 01 (um) Presidente;

II. 01 (um) Vice Presidente;

III. Primeiro e Segundo Secretário;

IV. Primeiro e Segundo Tesoureiro; e

V. 01 Diretor de Cultura.

§ 1º - Reunir-se-á ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando houver convocação de seus membros, nos termos do Regimento Interno.

Art. 34 - Compete à Diretoria Executiva:

I. Cumprir as resoluções do Conselho Fiscal;

II. Representar, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente a associação perante os órgãos públicos e entidades privadas;

III. Praticar os atos necessários ao regular funcionamento da associação;

IV. Apreciar os pedidos de inscrição no quadro social;

V. Preparar o relatório e o planejamento das atividades para o exercício seguinte;

VI. Preparar o relatório de prestação de contas do exercício findo, cumprindo as resoluções do Conselho Fiscal;

VII. Dirigir a Associação de acordo com o presente estatuto, administrar o patrimônio social, promovendo o bem geral da entidade e dos associados;

VIII. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, e as demais decisões da Assembléia Geral;

IX. Promover e incentivar a criação de comissões com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais;

X. Representar e defender os interesses de seus associados;

XI. Elaborar o orçamento anual;

XII. Apresentar a Assembléia Geral na reunião anual o relatório de sua gestão e prestar

contas referentes ao exercício anterior;

XIII. Admitir e demitir associados;

XIV. Elaborar e atualizar sempre que necessário o Estatuto da Associação de Músicos e Artistas de Candelária;

XV. Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspende-los ou demiti-los.

Parágrafo Único: As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria dos votos, com participação garantida da maioria simples dos seus membros, cabendo ao Presidente da Diretoria Executiva, em caso de empate o voto de Minerva.

Art. 35 – Compete ao Presidente da Diretoria Executiva:

I. Representar a Associação ativa e passivamente, perante os Órgãos Públicos, Judiciais e Extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir advogados para o fim que julgar necessário;

II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

III. Convocar as Assembléias Ordinárias e Extraordinárias;

IV. Juntamente com o tesoureiro abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos contábeis;

V. Organizar um relatório contendo balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembléia Geral Ordinária;

Parágrafo Único: Compete ao Vice Presidente - Auxiliar e substituir o presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 36 – Compete ao Primeiro Secretário:

I. Redigir e manter transcrição em dia das atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria;

II. Redigir a correspondência da Associação;

III. Manter e ter sob guarda o arquivo da Associação;

IV. Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretária;

V. Substituir os Diretores de Esportes, Social e Cultura em suas faltas e impedimentos.

Parágrafo único: Compete ao Segundo Secretário: Auxiliar e substituir o primeiro secretário em suas faltas e impedimentos.

Art. 37 – Compete ao Primeiro Tesoureiro:

I. Manter em contas bancárias, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-lo;

II. Assinar com o Presidente, os cheques;

III. Efetuar pagamentos autorizados e recebimentos;

IV. Supervisionar o trabalho da tesouraria e contabilidade;

V. Apresentar ao Conselho Fiscal, balancetes semestrais e balanço anual;

VI. Fazer anualmente a relação dos bens da Associação, apresentando-a quando solicitado em Assembléia Geral.

Parágrafo único: Compete ao Segundo Tesoureiro: Auxiliar e Substituir o primeiro tesoureiro em suas faltas e impedimentos.

Art. 38 - Compete ao Diretor de Cultura:

I. Dirigir o departamento cultural, promovendo o seu perfeito funcionamento e entrosamento, buscando recursos financeiros, junto a Iniciativa Privada e Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;

II. Elaborar, promover e executar os eventos culturais da Associação;

III. Apresentar a Diretoria Executiva, quando solicitado pelo Presidente, relatório relativo ao seu departamento.

Art. 39 - Perderão o mandato os membros da Diretoria Executiva que incorrerem em:

I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;

II. Grave violação deste Estatuto;

III. Abandono de cargo, assim considerado a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinária consecutivas, sem a expressa comunicação a Secretária da Associação;

IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo da Associação;

V. Conduta duvidosa.

Parágrafo Único: A perda do mandato será declarada pela Diretoria Executiva, e homologada pela Assembléia Geral convocada somente para este fim, nos termos da Lei, onde será assegurado o amplo direito de defesa.

Seção IV – DO CONSELHO FISCAL

Art. 40 - Trata-se do órgão encarregado de fiscalizar as demais instâncias da Associação.

Art. 41 - O Conselho Fiscal, que será composto por três membros efetivos e dois suplentes, e terá as seguintes atribuições:

- I. Examinar os livros de escrituração da Associação;
- II. Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiro e contábil, submetendo-os a Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- III. Requisitar ao Primeiro Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- IV. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V. Convocar Extraordinariamente a Assembléia Geral.

Parágrafo único: O Conselho Fiscal reunir-se-á uma vez por semestre com a Diretoria Executiva, em sua maioria absoluta, em caráter ordinário e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Associação, pela maioria simples dos membros ou pela maioria dos membros do próprio conselho fiscal.

CAPÍTULO VII – DO PATRIMÔNIO

Art. 42 - O Patrimônio da Associação de Músicos e Artistas de Candelária será constituído e mantido por:

- I. Bens móveis e imóveis e demais equipamentos que forem adquiridos por compras, doações etc.;
- II. Rendas provenientes de seus bens e serviços;
- III. Recursos financeiros oriundos de convênios, projetos e apoios acordados com organizações governamentais e não-governamentais, sejam nacionais ou internacionais,

bem como de instituições privadas;

IV. A cotização regular de todos os seus Associados, de valor a ser definido em Assembléia Geral.

Art. 43 - Não haverá remuneração financeira para os cargos eletivos da Associação.

Parágrafo Único: Em caso de dissolução da Associação, seus bens serão destinados a uma entidade congênere.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES ELEITORAIS

Art. 44 – As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal realizar-se-ão conjuntamente de 02 (dois) em 02 (dois) anos, da data de fundação, podendo em todos os casos haver reeleição por mais um mandato.

Art. 45 - As eleições para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal serão convocadas por edital fixado na sede e publicado em jornal comercial de grande circulação na cidade sede da associação, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término dos seus mandatos;

§ 1º - Nos primeiros 15 (quinze) dias deverão ser registradas na secretaria as chapas concorrentes. Pode ser eleita a qualquer cargo, todo associado contribuinte pessoa física, maior de 18 (dezoito) anos, e ser sócia da Associação, comprovados através da Secretaria da Associação.

§ 2º - O processo eleitoral (recepção de registro de chapa, execução das eleições, apuração dos resultados e outros inerentes ao processo) será coordenado por comissão eleitoral composta de 05 (cinco) membros, eleitas de forma proporcional por chapas, em Assembléia Geral convocada especificamente para esse fim.

Art. 46 – O voto será secreto, e a votação ocorrerá através de cédulas contendo o nome e o cargo do candidato, que deverão ser recolhidas em urna lacrada para posterior

apuração.

Art. 47 – A Assembléia Geral convocará uma Comissão Eleitoral entre os sócios da Associação, para acompanhamento e execução do processo sucessório. Compete a esta Comissão:

I. Elaborar, segundo as disposições gerais do presente Estatuto, o Regimento Eleitoral, especificando requisitos, critérios e exigências para o sufrágio;

II. Fazer inscrição e cadastro dos interessados em concorrer às eleições;

III. Acompanhar e executar toda a tramitação do processo eleitoral segundo dispõe o Estatuto e o Regimento Eleitoral, desde a convocação até o encerramento, com a lavratura da ata de posse dos eleitos, após o que a Comissão Eleitoral será dissolvida;

IV. Decidir em caráter soberano sobre os casos omissos, não previstos neste Estatuto ou no Regimento Eleitoral, sobre o processo eleitoral, cabendo recursos para a Assembléia Geral Extraordinária.

Parágrafo Único: Os membros da Comissão Eleitoral não poderão estar concorrendo a qualquer dos cargos do processo eleitoral.

Art. 48 - Só poderão concorrer a cargos de Coordenação e Conselho Fiscal associados regularmente inscritos na Associação de Músicos e Artistas de Candelária.

Art. 49 - Os Associados aptos a votar são os que estejam regularmente inscritos e que participem com regularidade as atividades da Associação.

CAPÍTULO IX – DA RENÚNCIA

Art. 50 - Em caso renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pelos suplentes.

§ 1º - O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na Secretária da Associação, que o submeterá dentro do prazo de 30 (trinta) dias no máximo, a deliberação da Assembléia Geral.

§ 2º - Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, e respectivos suplentes, qualquer dos Associados poderá convocar a Assembléia Geral que elegerá uma comissão eleitoral de 05 (cinco) membros, que administrará a entidade, fará realizar novas eleições no prazo de 30 (trinta) dias. Os membros eleitos nestas condições complementarão o mandato dos renunciantes.

CAPÍTULO X – DA REMUNERAÇÃO

Art. 51 - A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração de qualquer espécie ou natureza pelas suas atividades exercidas na Associação.

CAPÍTULO X – DA RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS

Art. 52 - Os membros não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

CAPÍTULO XI – DA REFORMA ESTATUTÁRIA

Art. 53 - O presente Estatuto poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes quites com suas obrigações sociais, nos termos da Lei.

CAPÍTULO XII – DA DISSOLUÇÃO

Art. 54 - A Associação poderá ser dissolvida a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, composta de associados quites com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de dois terços dos presentes, e obedecendo aos seguintes requisitos:

I. Em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados;

II. Em segunda chamada, meia hora após a primeira, com um terços dos associados;

Parágrafo único: Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados à outra entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada, com sede e atividade preponderante no Estado do Rio Grande do Sul devidamente registrado nos Órgãos Públicos.

CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55 - O exercício fiscal terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da Associação, de conformidade com as disposições legais.

Art. 56 - A Associação dos Músicos e Artistas de Candelária poderá, por votos da maioria qualificada de seus membros, abrir sucursais em outras cidades do território nacional.

Art. 57 - Os mandatos provisórios da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, durarão até a posse da nova Diretoria a ser eleita na Assembléia Geral Ordinária que se realizará até dezembro de 2020.